

TEORIA SOCIAL E RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Kabengele Munanga
Professor Titular, Universidade de São Paulo
Diretor, Centro de Estudos Africanos da USP

1.- INTRODUÇÃO: REFRESCANDO A MEMÓRIA

Muitos de nós já ouvimos falar do anti-semitismo, em nome de que o regime nazista liderado por Adolf Hitler legitimou e justificou o genocídio de cerca de 7 milhões de judeus e 300 mil ciganos durante a Segunda Guerra Mundial, de 1940-1945. Muitos sabem da história de Nelson Mandela, que passou 27 anos de sua vida ativa na prisão, por ter desafiado o apartheid, regime de segregação racial implantado na África do Sul a partir de 1948. Muitos já escutaram histórias sobre a discriminação racial nos Estados Unidos, particularmente no sul desse país onde também existiu um regime de segregação racial comparável ao da África do Sul.

Sem dúvida, ouvimos falar ou lemos algo sobre essas manifestações do racismo que aconteceram na história da humanidade cujas lembranças estão ainda frescas na memória de algumas gerações entre nós. Essas manifestações são as mais conhecidas, pois são mais noticiadas e popularizadas em nosso país e em nossa educação. Mais do que isso foram institucionalizadas e oficializadas na Alemanha nazista, na África do Sul (1948-1994) e nos Estados Unidos da América desde a abolição da escravatura naquele país até os anos de 1960.

Mas, o maior problema da maioria entre nós parece estar em nosso presente, em nosso cotidiano de brasileiras e brasileiros, pois temos ainda bastante dificuldade para entender e decodificar as manifestações do nosso racismo à brasileira, por causa de suas peculiaridades que o diferenciam das outras formas de manifestações de racismo acima referidas. Além disso, ecoa dentro de muitos brasileiros, uma voz muito forte que grita; “não somos racistas, os racistas são os outros, americanos e sul-africanos brancos”. Essa voz forte e poderosa é o que costumamos chamar “mito de democracia racial brasileira”, que funciona como uma crença, uma verdadeira realidade, uma ordem. Assim fica muito difícil arrancar do brasileiro a confissão de que ele é racista.

Creio que todos também já ouviram falar do racismo emergente, tão bem noticiado pelas mídias escritas e eletrônicas, notadamente a respeito da discriminação

racial contra os imigrantes africanos e árabes nos países europeus, em particular os argelinos na França, os turcos na Alemanha, os marroquinos na Bélgica, os indianos na Inglaterra e os africanos em toda Europa, etc. mesmos os latino-americanos de todas as cores não são tão bem-vindos na Europa. Até as manifestações esportivas mais populares nos campos de futebol não ficaram isentas de preconceitos dos próprios jogadores e do público torcedor, que xingam outros de macacos, porque são negros. Essas manifestações não acontecem apenas nos campos de futebol europeus, mas também aqui na terra brasileira, dita sem preconceito racial. Há alguns anos, surgiu também no Brasil um movimento de jovens de origem operária denominado *skin heads*, ligado ao movimento neonazista. Esse movimento cujo vento soprou a partir do Ocidente, proclama seu ódio contra judeus, negros, homossexuais e nordestinos. Quem nunca escutou piadas racistas contra negros, japoneses, judeus, até contra portugueses? Onde estão os ameríndios e qual é a imagem que temos deles? Esses fatos corriqueiros colocam em dúvida a declarada existência das relações harmoniosas entre negros e brancos, índios e brancos e outros portadores de diferenças no Brasil da “democracia racial”.

Cada um poderia direta e interiormente se perguntar por que essas coisas acontecem no nosso mundo, contrariando os princípios da solidariedade humana, ou seja, da humanidade? Se tivéssemos respostas fáceis, creio que teríamos também facilidade para encontrar soluções. O fenômeno chamado racismo tem uma grande complexidade, além de ser muito dinâmico no tempo e no espaço. Se ele é único em sua essência, em sua história, características e manifestações, ele é múltiplo e diversificado, daí a dificuldade para denotá-lo, ora através de uma única definição, ora através de uma única receita de combate.

Não existe uma maneira mais fácil de abordá-lo, a não ser começando pelas perguntas aparentemente simples e elementares tais como: afinal o que é a raça? O que é o racismo? Por que o racismo? Como se manifesta o racismo entre outras? Os problemas da sociedade são numerosos e acontecem dentro dela. Sendo da sociedade, são todos, por definição, problemas sociais com especificidades diferentes, engendrados ou originados pelas diferenças na sociedade. Essas podem ser de origem sócio-econômica ou classe social, de sexo, de gênero, de religião, de etnia, de “raça”, de idade, de nacionalidade, etc. Em outros termos, todos os problemas da sociedade são sociais, inclusive os preconceitos e discriminações raciais que constituem apenas uma das modalidades do social. Por isso, é incorreta a expressão “o preconceito contra negro

no Brasil é um problema social e não racial”, pois todos os problemas da sociedade, incluído o preconceito racial, são problemas sociais. As pessoas querem dizer, está claro, que o preconceito racial no Brasil é provocado pela diferença de classe econômica e não pela crença na superioridade do branco e na inferioridade do negro. O que é a voz do mito de democracia racial brasileira, negando os fatos às vezes tão gritantes da discriminação racial no cotidiano do brasileiro.

Os pesquisadores e estudiosos da área das ciências humanas de modo geral e das ciências sociais em particular são constantemente interpelados pela sociedade à qual pertencem para descrever os fenômenos e problemas sociais, explicá-los para melhor compreendê-los. Esse processo, que parte da observação dos fenômenos e fatos sociais, passando pela explicação e compreensão é o que costumamos denominar teoria social. Uma teoria social pode ser apropriada pelos movimentos sociais, ativistas, dirigentes, legisladores ou outros atores sociais para buscar soluções ou propostas de mudanças dos problemas da sociedade através de políticas públicas ou programas de intervenção, entre outros. É o que acontece atualmente no Brasil quando os diversos meios: midiáticos, legisladores, dirigentes, movimentos sociais, ativistas, acadêmicos, lançam mãos dos argumentos de alguns estudiosos para aclarar suas posições em favor ou contra as cotas raciais nas universidades públicas brasileiras.

2. NO INÍCIO ERA O OUTRO, BEM DIFERENTE DA GENTE

As diferenças percebidas entre “nós” e os “outros” constituem o ponto de partida para a formação de diversos tipos de preconceitos, de práticas de discriminação e de construção das ideologias delas decorrentes. Ao colocar a diferença como ponto de partida, queremos evitar a confusão que se estabelece na fronteira entre a noção de preconceito racial e os demais preconceitos baseados sobre outros tipos de diferenças.

Com efeito, no seio de uma sociedade como a brasileira, encontramos classes sociais, comunidades religiosas, etnias, sexos, gêneros, culturas, idades, etc. diferentes. No seio de alguns países, encontramos comunidades lingüísticas diferentes. Entre países existem nacionalidades diferentes. Cada uma dessas diferenças engendra preconceito, discriminação e até formação ideológica decorrente. Vamos ilustrar com exemplos a partir das diferenças enumeradas.

Repetindo, no seio de um mesmo povo convivem classes sociais diferentes. Entendo por classe social um conjunto de indivíduos, homens e mulheres, que

desempenham praticamente o mesmo papel no circuito da produção econômica no modelo capitalista que é o “nosso”. Assim tem-se a classe rica ou burguesa, que, diz-se, é dona dos meios de produção (capital, terra, máquinas, etc.). É praticamente, ela que comanda; a classe média e a classe pobre, que como os próprios nomes indicam, têm papéis diferenciados no circuito produtivo. As relações entre as três classes são permeadas pelos sentimentos de superioridade e inferioridade decorrentes dos preconceitos existentes entre elas. Aqui estamos diante de um preconceito sócio-econômico. Trata-se de um conjunto de sentimentos e atitudes que podem ser verbalizados sob forma de opiniões tais como: “detesto os pobres, os ricos, a classe média”. Evidentemente, a opinião é sempre acompanhada de uma justificativa: “detesto-os porque são grosseiros; cheiram mal; não sabem falar; são mal educados, etc.”.

Além das classes sociais, encontramos na sociedade brasileira, ou melhor, em todas as sociedades, mais de uma comunidade religiosa. Entendo por comunidade religiosa, um conjunto de indivíduos, homens e mulheres, que partilham uma mesma religião, cultuam um mesmo deus e conseqüentemente desenvolvem as mesmas crenças a respeito do mundo e do cosmos. Geralmente, os membros de uma comunidade religiosa pensam que sua religião é a melhor do mundo e a única verdadeira, sendo as outras consideradas como ruins ou inferiores. Partindo desse etnocentrismo, eles se acham no direito de falar mal das outras comunidades religiosas e até de praticar o que se chama de intolerância religiosa. A história da humanidade oferece bastantes exemplos da intolerância religiosa, acompanhada de guerras dos “deuses”: lembremos da história das guerras das religiões na Europa, das guerras santas muçulmanas, das cruzadas cristãs, das inquisições na península ibérica, dos conflitos entre os católicos e os protestantes na Irlanda, dos conflitos entre muçulmanos e católicos na Nigéria, os conflitos entre ortodoxos, católicos e muçulmanos em Kosovo, etc. Partindo também de um fundo religioso, algumas sociedades são divididas em castas superiores e inferiores, como no modelo do hinduísmo na Índia, que a partir do princípio de pureza e impureza, divide a sociedade em quatro castas superiores hierarquizadas: 1ª casta, dos sacerdotes (*Brahmanes*), 2ª dos guerreiros e administradores (*Kshatriyas*), 3ª dos comerciantes e agricultores (*Vaishyas*) e 4ª dos servidores (*Shudras*). A grande maioria da população indiana é composta das castas dos impuros, chamados desde Gandhi de *Harijan* (filhos de Deus), que a literatura inglesa denominou de intocáveis, isto é, aqueles que não devem ser tocados por causa da impureza de sangue, os “dalits”, que de fato são os mais segregados da sociedade indiana. Na concepção hinduísta, os indivíduos vêm

ao mundo com certas aptidões hereditárias que os tornam capazes de cumprir os deveres de sua casta. É proibida a mistura de sangue, o que torna a casta endogâmica. Antes de 1950, os intocáveis não podiam estudar numa universidade pública junto com os membros das quatro castas superiores hierarquizadas. Não podia estar junto no mesmo templo, tomar chá no mesmo local e beber água da mesma fonte, trabalhar no mesmo local, exercer as mesmas funções como funcionários públicos. Aos intocáveis foram reservadas as profissões menos nobres, tais como limpar as ruas e os esgotos, cremar os mortos e trabalhar com o couro, entre outros. Assim, as castas são grupos hereditários endogâmicos cujos membros são unidos pelos traços de sangue e econômicos. Hierarquizadas, cada casta se considera mais nobre e conseqüentemente superior em relação às outras posicionadas embaixo da pirâmide social. Por isso, a Índia foi o primeiro país a instituir a política das cotas em benefício das castas dos intocáveis, em 1950, ou seja, três anos após sua independência, obtida em 1947. Porque, apesar de ter sido juridicamente anulado o sistema de castas, os dirigentes indianos tinham consciência de que as crenças religiosas têm mais força de coação numa sociedade de crentes do que as leis, daí a necessidade e a urgência de implementar políticas públicas de ação afirmativa em vez de se limitar ao espírito das leis repressivas, sabendo que embora necessárias não surtiriam as mudanças esperadas.

Nas sociedades africanas tradicionais e nas sociedades indígenas do Brasil e de outros países das Américas, convivem diversos grupos étnicos ou etnias. Uma etnia é um conjunto de indivíduos que possuem em comum um ancestral, um território geográfico, uma língua, uma história, uma religião e uma cultura. Colocando-se numa posição etnocêntrica, seus membros desenvolvem preconceitos étnicos ou culturais quando manifestam tendência em valorizar sua cultura, visão do mundo, religião, etc. e em menosprezar as de outras etnias que consideram inferiores. É o que chamamos de etnicismo, que está na base do nepotismo africano que as mídias chamam de tribalismo.

Individualmente, os homens se consideram superiores às mulheres, a quem atribuem dons intelectuais e psicológicos inferiores. Daí o preconceito de sexo ou de gênero que desembocou na ideologia machista. No seio do mesmo sexo, os heterossexuais se consideram melhores e superiores aos homossexuais. Entre os jovens e os velhos se desenvolve também o preconceito de idade. Têm-se países com mais de uma comunidade lingüística e que falam mais de uma língua nacional, no exemplo do Canadá, da Bélgica, da Suíça, da Espanha e da grande maioria dos países africanos. Aqui também existem preconceitos lingüísticos que já desembocaram até em conflitos

etno-linguísticos e em tentativas de separação, nos casos conhecidos da Espanha, da Bélgica e do Canadá. Na Bélgica, um dos países mais católicos da Europa Ocidental, até Deus não conseguiu impedir a divisão da Universidade Católica de Louvain em duas universidades distintas, uma flamenga, de língua neerlandesa e outra “wallon” de língua francesa.

Na Espanha, os bascos lutam pela separação e os catalães querem sua autonomia e o reconhecimento de sua língua como oficial regional. No Canadá, os quebequenses querem também sua autonomia política, com base na diferença lingüística e cultural. Entre nações, algumas se consideram superiores, em especial as nações ocidentais que colonizaram os países da África e da América. Daí o preconceito nacional que pode desembocar numa ideologia nacionalista fascista como o nazismo, que quis dominar as outras nações européias em volta.

A lista das diferenças pode ser indefinidamente ampliada para mostrar que existem tanto preconceitos quanto diferenças nas sociedades humanas. Quem de nós pode negar que nunca foi objeto e sujeito de preconceito em sua vida? É por isso que se diz que os preconceitos são universais, pois não existe sociedade sem preconceito e não há preconceito sem sociedade. Nem por isso devemos naturalizar os preconceitos, pois são fenômenos culturais produzidos pela sociedade na qual eles têm uma certa função.

Como podemos entender os efeitos da propagação dos preconceitos na sociedade?

Valorizar a cultura, a língua, a religião, a visão do mundo e outros valores do seu grupo, de sua comunidade, de sua etnia, de sua nação, etc., para que a partir dessa valorização se possa criar a adesão, a unidade, a solidariedade e a identidade que garantem a sobrevivência do grupo. Ninguém se sentiria orgulhosamente membro de sua família, de sua comunidade religiosa, de sua linhagem, de sua etnia e de sua nação, se durante o processo de educação e socialização, não fossem enfatizado e inculcado os valores positivos dessas comunidades de pertencimento. Isso é a função positiva do etnocentrismo e dos preconceitos favoráveis a seu grupo, a “nós” em relação a “outros”. Entretanto, não é por isso que devemos fechar os olhos e deixar de considerar o lado negativo do preconceito, pois o fechamento radical em torno de “nós” leva à intolerância e aos mecanismos de discriminação que degeneram em desigualdades e conflitos sociais. Daí a importância e a urgência de outro modelo de educação que enfatize a convivência pacífica e igualitária das diferenças numa sociedade plural como a nossa, onde gêneros, “raças”, etnias, classes, religiões, sexos, etc. se tocam

cotidianamente no mesmo espaço geográfico. Por isso, o conceito de educação e de uma pedagogia [multicultural](#) está invadindo com muita força o vocabulário dos educadores no século XXI.

Os preconceitos de classe, religião, gênero, sexo, idade, nacionalidade, “raça”, etnia, cultura, língua, etc., são apenas atitudes, às vezes afetivas, que existem na cabeça das pessoas ou grupos de pessoas, introduzidas através dos mecanismos educativos. Invisíveis e incomensuráveis, essas atitudes são traduzidas em opiniões verbalizadas. Podem levar indivíduos e grupos a evitar os “outros”, porque não confiam neles ou têm medo deles. Visto deste ângulo, os preconceitos possuem em germe as condições necessárias ao nascimento da discriminação. Falta apenas um salto para passar da opinião à ação ou comportamento discriminatório que pode ser visível e mensurável.

As várias formas de preconceitos que descrevemos podem levar a várias formas de discriminação: discriminação sócio-econômica, de religião, de sexo, de gênero, de profissão, de idade, de etnia, de “raça”, de cultura, de nacionalidade, etc. As discriminações têm diversas maneiras de se expressar: evitação, rejeição verbal (piada, brincadeira e injúria), agressão ou violência física, segregação especial e tratamento desigual. Pela evitação, as pessoas se recusam a frequentar os espaços físicos frequentados pelas pessoas diferentes (homossexuais, nordestinos, negros, judeus, etc.). Nossas piadas ou brincadeiras de mau gosto em relação às pessoas ou grupos diferentes (índios, negros, japoneses, mulheres, homossexuais, etc.) são formas de discriminação divertidas geralmente aceitas até pelas pessoas discriminadas. Quem nunca riu ou fez alguma piada racial? A injúria que acontece até nos campos de futebol quando os jogadores negros são chamados de macacos é uma discriminação racial que tem uma violência simbólica, pois a esses jogadores é negada a sua humanidade. A agressão ou violência física pode no caso limite provocar a eliminação física ou a morte do “outro”, do “alheio”, do diferente de “nós”. Discriminação propriamente dita é a negação da igualdade de tratamento aos diferentes, transformada em ação concreta ou comportamento observável. Exemplos: negar a hospedagem a uma pessoa negra num hotel, recusar de alugar uma casa a um homossexual, recusar o emprego a uma mulher, bloquear a mobilidade ou o acesso a um cargo numa empresa a um negro, uma mulher, um portador de deficiência; fechar a porta de acesso a certas atividades profissionais por causa da aparência física das pessoas como, por exemplo, o trabalho de aeromoça, de balconista ou atendente num hotel de cinco estrelas onde dificilmente se encontraria uma pessoa negra no Brasil. A discriminação pode ser acompanhada da segregação, isto

é, da fronteira espacial para aumentar a desvantagem do grupo discriminado. A situação da África do Sul e do sul dos Estados Unidos ilustra bem o conceito de segregação racial: banheiros, escolas, hospitais, bairros residenciais, igrejas, espaços de lazer, transporte público, restaurantes, etc. separados. É também o caso do sistema de castas na Índia. No Brasil e em outros países da América do Sul, existe uma segregação de fato que cruza o critério da raça com o de classe social, contrariamente à segregação institucionalizada pelas leis que existiu nos dois países referidos. É por isso que algumas pessoas pensam que não há racismo propriamente dito no Brasil quando comparado a esses países, que tiveram um regime de segregação especial institucionalizada.

Já lemos ou escutamos histórias de turcos incendiados numa casa na Alemanha e de jovens estrangeiros espancados até a morte pelos “*Skin heads*”. Mas vou lhes contar uma dessas velhas histórias de arrepiar, para vocês sentirem até onde pode ir o ódio do outro diferente na história da humanidade. Trata-se de uma história de linchamento racial nos Estados Unidos:

“Em 1918, sessenta e quatro negros foram linchados na parte leste da cidade de Saint Louis, no Estado de Illinois; em 1919, o número subiu para oitenta e três. Talvez o ato mais brutal tenha sido ocorrido em Valdosta, no Estado de Geórgia, em 1918.

Maryr Turner, uma mulher negra grávida, foi enforcada numa árvore, embebida com gasolina e queimada. Quando se balançava na corda, um homem saindo da multidão puxou uma faca e abriu seu ventre. Seu filho caiu, deu dois gemidos fracos – e recebeu um pontapé de um valentão, no momento em que a vida era triturada nessa forma tão minúscula”, segundo se lê na descrição de L.Bennet (*Before the Mayflower: A History of Black América*. Chicago: Johnson Publishing Company, 1969, p. 294).

Recapitulando, a discriminação no sentido restrito do termo significa a passagem de uma simples atitude preconceituosa à uma ação observável e às vezes mensurável. A ação é praticada quando a igualdade de tratamento é negada a uma pessoa ou grupos de pessoas em razão de sua origem econômica, sexual, religiosa, étnica, racial, lingüística, nacional, etc. diferente da origem do discriminador. Quantas vezes os homossexuais, as mulheres, os portadores de deficiência, os negros, as pessoas idosas foram impedidas de ocupar um posto numa empresa privada ou numa repartição pública. É nesse contexto que se fala do racismo institucional, diferente daquilo que acontece nas relações privadas entre as pessoas. Quantas vezes os cidadãos de um país deixaram de votar num

candidato ou numa candidata com boa proposta política, pelo simples fato de ele ou ela pertencer a uma classe operária, ao sexo feminino, à “raça” negra?

Vocês teriam percebido que até agora insisti sobre várias formas de preconceito e de discriminação, sem quase tocar no essencial da nossa aula, ou seja, o preconceito racial, a discriminação racial e o racismo. Minha preocupação nessa omissão voluntária é mostrar para vocês que a discriminação racial não é a única discriminação nas sociedades humanas. Também não é a menos importante, nem a única a fazer vítimas em nossas sociedades. Se ela é diferente das outras, porque baseada na cor da pele, ela tem um ponto comum fundamental com as demais: **a diferença**. Por isso escutamos hoje expressões tais como racismo contra a mulher, contra homossexuais, contra pobres, etc. São formas de discriminação que, por analogia, por metaforização, se aproximam da discriminação racial. É como se um grupo de mulheres, de homossexuais, tivesse algo no seu corpo, no seu “sangue”, no seu aparelho genético, que explicaria seu comportamento e conseqüentemente sua exclusão de algumas atividades ou funções na sociedade. Por isso as mulheres, como os negros, pertencem às categorias sociais mais biologizadas, com proposta clara de afastá-las das posições sociais de poder e de comando reservadas a homens, e homens brancos.

Penso que estamos agora minimamente preparados para discutir o conceito de racismo, começando pelo conceito de raça, do qual é derivado. No corpo do texto até agora desenvolvido, coloco geralmente o termo raça entre aspas, para mostrar que seu uso científico não tranqüilo.

SAIBA MAIS

Para saber mais sobre preconceito, leiam o livro:

QUEIROZ, Renato da Silva. **Não vi e não gostei: o fenômeno do preconceito**
São Paulo: Editora Moderna, 1995, Coleção Qual é o grilo.

Sobre Democracia Racial, leia:

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Democracia Racial**. In Oliveira, Iolanda de. Cadernos Penesb 4. Niterói, EdUFF, 2002

JACOUB, Luciana. **Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil**. In TEODORO, Mário (org.). As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil 120 anos após a Abolição. Brasília, IPEA, 2008. www.ipea.gov.br